



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça

Paulo Cezar dos Passos

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

Humberto de Matos Brittes

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

Nilza Gomes da Silva

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

Marcos Antonio Martins Sottoriva

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

Aroldo José de Lima

Ouvidor do Ministério Público

Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Riciotti*
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*
Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*
Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*
Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*
Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*
Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*
Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*
Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*
Procuradora de Justiça *Jacaguara Dantas da Silva Passos*
Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*
Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*
Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*
Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos
Direitos Humanos
(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcc@mpms.mp.br

DIÁRIO OFICIAL – DOMP-MS

Criação: Assessoria de Comunicação

Editoração eletrônica: Secretaria-Geral

Endereço: Rua Pres. Manuel Ferraz de Campo Salles, 214 | Jardim Veraneio

CEP 79031-907 | Campo Grande- MS

Telefone: (67) 3318-2054 | dompms@mpms.mp.br

SUMÁRIO

Procuradoria-Geral de Justiça	2
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	6
Comissão Permanente de Licitação.....	9
Secretaria de Administração	10
Editais das Promotorias de Justiça	11

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2010/2017-PGJ, de 21.6.2017, publicada no DOMP nº 1529, de 22.6.2017, que estabeleceu a Escala de Plantão das Procuradorias de Justiça Criminais, Cíveis e de Interesses Difusos e Coletivos, referente ao 2º semestre de 2017 (Port. nº 2790/2017-PGJ, de 22.8.2017):

- na parte onde consta:**

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA CRIMINAIS Cel.:98478-2059	PROCURADORES DE JUSTIÇA CÍVEIS Cel.:98478-2062	PROCURADORES DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS Cel.:98478-2122
1º (18h01min) a 6.9.2017 (7h59min)	Rodrigo Jacobina Stephanini		
22 (18h01min) a 29.9.2017 (7h59min)	Gilberto Robalinho da Silva		

- passe a constar:**

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA CRIMINAIS Cel.:98478-2059	PROCURADORES DE JUSTIÇA CÍVEIS Cel.:98478-2062	PROCURADORES DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS Cel.:98478-2122
1º (18h01min) a 6.9.2017 (7h59min)	Gilberto Robalinho da Silva		
22 (18h01min) a 29.9.2017 (7h59min)	Rodrigo Jacobina Stephanini		

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2601/2017-PGJ, de 7.8.2017, publicada no DOMP nº 1563, de 9.8.2017, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de agosto de 2017 (Port. nº 2764/2017-PGJ, de 18.8.2017):

- onde consta:**

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
19 e 20.8.2017	PJ de Glória de Dourados	Andréa de Souza Resende	99933-8637
26 e 27.8.2017	2ª PJ de Ivinhema	Juliana Martins Zaupa	99825-9158
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
11 a 13.8.2017	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027
19 e 20.8.2017	PJ de Anaurilândia	Allan Thiago Barbosa Arakaki	99866-7689
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ			
5 e 6.8.2017	5ª PJ	Luciano Bordignon Conte	98478-2056
11 a 13.8.2017	5ª PJ	Luciano Bordignon Conte	98478-2056
REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
19 e 20.8.2017	2ª PJ de Costa Rica	Bolivar Luis da Costa Vieira	98478-2340
26 e 27.8.2017	1ª PJ de Cassilândia		

REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
26 e 27.8.2017	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050
REGIÃO 16 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
19 e 20.8.2017	PJ de Bela Vista	Alexandre Estuqui Junior	98478-2070

• passee a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
19 e 20.8.2017	2ª PJ de Ivinhema	Juliana Martins Zaupe	99825-9158
26 e 27.8.2017	PJ de Glória de Dourados	Andrea de Souza Resende	99933-8637
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
11 a 13.8.2017	PJ de Anaurilândia	Allan Thiago Barbosa Arakaki	99866-7689
19 e 20.8.2017	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ			
5 e 6.8.2017	1ª PJ	Viviane Zuffo Vargas Amaro	98478-2046
11 a 13.8.2017	2ª PJ	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	98478-2107
REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
19 e 20.8.2017	1ª PJ de Costa Rica	George Cassio Tiosso Abbud	98478-2032
26 e 27.8.2017	1ª PJ de Cassilândia	Aline Mendes Franco Lopes	98111-7616
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
26 e 27.8.2017	1ª PJ de Paranaíba	Juliana Nonato	98478-2419
REGIÃO 16 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
19 e 20.8.2017	2ª PJ de Bonito	Alexandre Estuqui Junior	98478-2070

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2561/2017-PGJ, de 4.8.2017, publicada no DOMP nº 1561, de 7.8.2017, que estabeleceu a escala de atuação dos Promotores de Justiça nas audiências de custódia na comarca de Corumbá, referente ao mês de agosto de 2017 (Port. nº 2765/2017-PGJ, de 18.8.2017):

na parte onde consta:

DIA	PROMOTOR DE JUSTIÇA
5.8.2017	Luciano Bordignon Conte
6.8.2017	Luciano Bordignon Conte
11.8.2017	Luciano Bordignon Conte
12.8.2017	Luciano Bordignon Conte
13.8.2017	Luciano Bordignon Conte

Passee a constar:

DIA	PROMOTOR DE JUSTIÇA
5.8.2017	Viviane Zuffo Vargas Amaro
6.8.2017	Viviane Zuffo Vargas Amaro
11.8.2017	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina
12.8.2017	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina
13.8.2017	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2134/2017-PGJ, de 29.6.2017, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Campo Grande, de forma que (Port. nº 2785/2017-PGJ, de 21.8.2017):

• onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA	
	PLANTÃO CRIMINAL (Telefone: 98478-2089)	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
4 (18h01min) a 11.9.2017 (18h)	Andréia Cristina Peres da Silva	Julio Bilemjian Ribeiro
9 (18h01min) a 16.10.2017 (18h)	Luciana do Amaral Rabelo	Renata Ruth Fernandes Goya Marinho

• **passe a constar:**

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA	
	PLANTÃO CRIMINAL (Telefone: 98478-2089)	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
4 (18h01min) a 11.9.2017 (18h)	Luciana do Amaral Rabelo	Julio Bilemjian Ribeiro
9 (18h01min) a 16.10.2017 (18h)	Andréia Cristina Peres da Silva	Renata Ruth Fernandes Goya Marinho

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Autorizar o Promotor de Justiça **Fabio Ianni Goldfinger** a participar do “13º Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública”, que será realizado nos dias 28 e 29.9.2017, no auditório do Windsor Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro (RJ) (Port. nº 2786/2017-PGJ, de 21.8.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Conceder ao Promotor de Justiça **Leonardo Dumont Palmerston** 20 (vinte) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 7.8.2017, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Port. nº 2796/2017-PGJ, de 22.8.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Conceder à Promotora de Justiça **Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo** 4 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 14.8.2017, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Port. nº 2797/2017-PGJ, de 22.8.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça **Daniel Higa de Oliveira**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 40ª Zona Eleitoral, no período de 14 a 17.8.2017, em razão de licença da titular, Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo (Port. nº 2798/2017-PGJ, de 22.8.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Conceder ao Promotor de Justiça **Ricardo Rotunno** 2 (dois) dias de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2013 a 6 de janeiro de 2014, a serem usufruídos nos dias 31.8 e 1º.9.2017, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013 (Port. nº 2799/2017-PGJ, de 22.8.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça **Eduardo Franco Cândia**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências do dia 25.8.2017, na 36ª Zona Eleitoral, nos autos de nº 398-35.2016.6.12.0036 e nº 389-73.2016.6.12.0036 (Port. nº 2800/2017-PGJ, de 22.8.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 1850/2017-PGJ, de 7.6.2017, com redação dada pela Portaria nº 2068/2017-PGJ, de 26.6.2017, na parte que escalou as férias do Promotor de Justiça **Daniel do Nascimento Britto**, de forma que, **onde consta:** Período de conversão – 26.10 a 4.11.2017; **passe a constar:** Período de conversão – 1º a 10.9.2017 (Port. nº 2802/2017-PGJ, de 22.8.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar a 40ª Promotora de Justiça de Campo Grande, **Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências admonitórias de advertência sobre os malefícios das drogas, no dia 25.8.2017, no prédio do Centro Integrado de Justiça (Cijus) da referida Comarca (Port. nº 2803/2017-PGJ, de 22.8.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas **Luciano Anechini Lara Leite, Jui Bueno Nogueira e Daniela Araujo Lima da Silva**, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar nos autos do IP nº 0003275-88.2017.8.12.0021 (Port. nº 2805/2017-PGJ, de 22.8.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça **Fabio Ianni Goldfinger**, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça e pela Secretaria-Geral, nos dias 22 e 23.8.2017 (Port. nº 2806/2017-PGJ, de 22.8.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça **Ricardo de Melo Alves**, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para atuar na sessão de julgamento que se realizará às 14 horas do dia 23 de agosto de 2017, no Órgão Especial do Tribunal de Justiça, bem como de outras sessões eventualmente designadas para o julgamento do Procedimento Administrativo Disciplinar nº 066.158.0003/2015 (Port. nº 2808/2017-PGJ, de 22.8.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2768/2017-PGJ, de 21.8.2017, que designou o Promotor de Justiça **Paulo César Zeni**, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para participar do Processo Administrativo Disciplinar nº 066.158.0003/2015, pautado para julgamento na sessão do Órgão Especial do dia 23.8.2017, no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (Port. nº 2809/2017-PGJ, de 22.8.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora **Elaine Cristina França Tavares Flor**, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Serviço Social, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar no Projeto Patrulha Maria da Penha, que será iniciado em 22.8.2017, na Casa da Mulher Brasileira, em Campo Grande (MS), com período de duração de 12 (doze) meses (Port. nº 2771/2017-PGJ, de 21.8.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a **Leonardo de Almeida Campos**, nomeado por meio da Portaria nº 2377/2017-PGJ, de 21.7.2017, publicada no DOMP nº 1551, de 24.7.2017, para exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico II, área de atividade administrativa, a prorrogação de posse, por mais trinta dias, a partir de 23 de agosto de 2017, nos termos do artigo 19, § 1º, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Port. nº 2791/2017-PGJ, de 22.8.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a partir de 15.8.2017, do cargo em comissão de Assistente Militar, símbolo MPAM-203, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor **Willian Gustavo Ferreira Segovia**, nos termos do inciso I do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Port. nº 2792/2017-PGJ, de 22.8.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 73-PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – **Laura Regina**

Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – **Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol**, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal - **Bruno Zanatto Macedo**, Analista/Engenharia Elétrica; 2.1) Suplente – **Elvey Tessaro Andrade**, Analista/Engenharia Elétrica (Processo PGJ/10/2638/2017) (Port. nº 2793/2017-PGJ, de 22.8.2017).

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Thainan Moreira Pimenta Viana para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011 (Port. nº 2801/2017-PGJ, de 22.8.2017).

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o prazo de elaboração do Relatório Anual de Atividades do Ministério Público – Ano 2017, com fundamento no artigo 3º da Resolução nº 21/2016-PGJ, de 9 de setembro de 2016,

R E S O L V E :

Convocar as chefias e os responsáveis diretos pela produção do Relatório Anual de Atividades de cada órgão sediado na Procuradoria-Geral de Justiça, para reunião com o objetivo de tratar sobre os procedimentos relacionados à sua elaboração, a ser realizada no dia 29 de agosto de 2017, às 15h, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, da Procuradoria-Geral de Justiça (Port. nº 2807/2017-PGJ, de 22.8.2017).

(a) Paulo Cezar dos Passos

Procurador-Geral de Justiça

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

AVISO Nº 006/CEAF-2017

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 3 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, **CONVOCA** os candidatos aprovados, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

1. CANDIDATOS CONVOCADOS

1.1. COMARCA DE CAMPO GRANDE

Os candidatos aprovados, na comarca de Campo Grande, deverão entregar a documentação na Secretaria de Recursos Humanos - SERH, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande - MS, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo.

ADMINISTRAÇÃO

Turno do Estágio: Matutino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06/09/2017	9h00min	RODRIGO BARRETO OLIVEIRA RODRIGUES	1
06/09/2017	9h00min	SANDRO MEDICE DE OLIVEIRA	2

ENGENHARIA AMBIENTAL OU SANITÁRIA

Turno do Estágio: Matutino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06/09/2017	9h00min	RAQUEL DE FARIA GODOI	1
06/09/2017	9h00min	RAFAEL KEN GOMES OTANI	2

ENGENHARIA CIVIL

Turno do Estágio: Matutino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06/09/2017	9h00min	DHONEY PEREIRA DE BARROS	1
06/09/2017	9h00min	CAIO ALBERTO LEMOS SOARES	2

ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO

Turno do Estágio: Matutino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06/09/2017	9h00min	RICARDO FERREIRA OLIVEIRA	1

ENGENHARIA ELÉTRICA**Turno do Estágio: Matutino**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06/09/2017	9h00min	JONNATHAN MENEZES IGNACIO	1

SERVIÇO SOCIAL**Turno do Estágio: Matutino**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06/09/2017	9h00min	YAIZA LUCIA BAIS DO VALLE	1

ADMINISTRAÇÃO**Turno do Estágio: Vespertino**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06/09/2017	14h00min	NÚBIA PEDROZO LAMBERTI	1
06/09/2017	14h00min	BRUNO DOS SANTOS SOLON DE SOUZA	2
06/09/2017	14h00min	RACHEL COSTA LIMA	3
06/09/2017	14h00min	MATEUS VALLE TOSTES DA FONSECA	4
06/09/2017	14h00min	MARCELO PEREZ MENDONÇA ROGADO	5
06/09/2017	14h00min	MAURICIO SILVA DE ANDRADE	6
06/09/2017	14h00min	ANA CAROLINA ALMEIDA VICTÓRIO	7
06/09/2017	14h00min	ROBERTA MOURÃO TONIAL	8
06/09/2017	14h00min	NILVANA ALVES MARASSI	9
06/09/2017	14h00min	CARLOS HENRIQUE VARGAS DA SILVA	10

COMUNICAÇÃO / JORNALISMO – Campo Grande**Turno do Estágio: Vespertino**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06/09/2017	14h00min	KETLEN DA SILVA MOREIRA	1
06/09/2017	14h00min	EDIVANIA CUNHA OLIVEIRA	2

ENGENHARIA CIVIL – Campo Grande**Turno do Estágio: Vespertino**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06/09/2017	14h00min	SÍLVIO TUMELERO DE MORAES	1
06/09/2017	14h00min	FELIPE SILVA FERREIRA	2

GEOGRAFIA – Campo Grande**Turno do Estágio: Vespertino**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06/09/2017	14h00min	GUILHERME PIRES VEIGA MARTINS	1

PSICOLOGIA Nível Pós-Graduação – Campo Grande**Turno do Estágio: Vespertino**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06/09/2017	14h00min	ALAINÉ ELIAS AMARAL	1

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada , emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações) ;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidões criminais dos cartórios distribuidores das Justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidas pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Atestado de exame ABO-RH;
8	Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança) ;
9	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10.	Ficha de Cadastro manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

11	Declaração de não participação em diretoria de Partido Político.
12*	Declaração em curso Nível/Superior – Graduação;
13*	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de ensino, em curso de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado ou doutorado.

(*) Documentos específicos para estagiários de nível de pós-graduação.

Cumpra observar que diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2017-CEAF, no capítulo “IX - Da Convocação e Admissão”, item 5, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: estagiariosadm@mpms.mp.br.

Caso o candidato faça a opção por apresentar-se no local, deverá ir até a SERH, sito à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada à rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande - MS.

Campo Grande, 22 de agosto de 2017.

a) EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF

EDITAL Nº 002/2017 – PJ/DIB

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da **PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI**, torna pública a relação de inscrições deferidas, referente ao Processo Seletivo Simplificado para Estagiário de Direito da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti (Edital Nº 001/2017 – PJ/DIB):

NOME DO CANDIDATO	RG
1 – Bruna Souza da Silva	2.251.571 SSP/MS
2 – Maéli Marina Gomes	2.232.035 SSP/MS
3 – Romário Freitas Fernandes	1.998.569 SSP/MS
4 – Thaina Cristini Martins da Silva	2.044.914 SSP/MS

Dois Irmãos do Buriti, em 21 de agosto de 2017.

a) Antenor Ferreira de Rezende Neto

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 002/2017-PSE-DIREITO–Comarca de Inocência

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das **PROMOTORIAS DE JUSTIÇA** da Comarca de Inocência, torna pública a relação das inscrições deferidas e indeferidas para o **PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DA PROMOTORIA DA COMARCA DE INOCÊNCIA**:

I – Lista Geral – Inscrições Deferidas:

1. Bárbara Maldonado Dourado
2. Bruna Freitas de Paula
3. Bruna Jullyelen Neres Gomes
4. Bruna Lovato Carneiro da Silva
5. Kaíne Amanda da Silva Bueno
6. Letícia Ferreira de Oliveira
7. Marcos Roberto Paula da Silva
8. Maria Anthonia Brito Gomes
9. Mariana Pires Martins Mariano
10. Suzana Patrícia Gonçalves Firme

II – Lista Geral – Inscrições Indeferidas:

Anielle de Souza Martins: descumprimento do item n. 19 do Edital n. 001/2017-PSE-DIREITO-Comarca de Inocência (DOMP-MS n.1555, p.26)

III – Condição Especial de Reserva de Vagas – Inscrições Deferidas:

Nenhuma

IV – Condição Especial de Reserva de Vagas – Inscrições Indeferidas: Nenhuma

V – Para a realização da prova, os candidatos que tiveram as inscrições deferidas deverão observar rigorosamente todas as regras do EDITAL Nº 001/2017-PSE-DIREITO-Comarca de Inocência, publicado no DOMP-MS nº 1.555, 28.07.2017, p. 25-31.

Inocência, 17 de agosto de 2017.

a) Ronaldo Vieira Francisco

Promotor de Justiça em Substituição Legal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Homologado o resultado da licitação **Pregão Presencial nº 22/PGJ/2017** - Processo n.º PGJ/10/1389/2017.

Objeto: Aquisição de equipamentos eletrônicos e ferramentas (aparelhos GPS, rádios comunicadores, impressora multifuncional e conjunto de hastes/trados) para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedoras: **Deltachip Comercial Ltda.** – ME para o item 1, no valor total de R\$13.770,00; **Márcia Cristina Maciel da Silva** – ME para o item 2, no valor total de R\$1.372,00; **Terabras Comercial Eireli** – ME para o item 3, no valor total de R\$20.695,00; e **Nacional Comércio e Serviços Ltda.** – EPP para o item 4, no valor total de R\$8.130,00.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 22 de agosto de 2017.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 31/PGJ/2017 (Processo nº PGJ/10/1260/2017).

Objeto: Aquisição de veículo aéreo não tripulado (drone), com rádio controle e câmera embutida, 4 pares de hélices (multirotor), para atender o Ministério Público Estadual.

Abertura das Propostas e Documentação:

- **Local:** Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS.

- **Data:** 11 de setembro de 2017.

- **Horário:** 14 horas.

- **Telefone para contato** (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na sede do Ministério Público Estadual - PGJ.

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 18/08/2017:

- Pregoeiro: Emerval Carmona Gomes;

- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;

- Suplente do Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz e Carla Maria Bagordakis.

- Fiscalização Contratual: Departamento de Material e Patrimônio/PGJ e Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução/PGJ.

Campo Grande, 22 de agosto de 2017.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO SRP

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 34/PGJ/2017 -SRP (Processo nº PGJ/10/2648/2017).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de expediente (agendas, canetas, cestos de lixo, etiquetas, etc.), para atender o Ministério Público Estadual.

Abertura das Propostas e Documentação:

- **Local:** Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS.

- **Data:** 13 de setembro de 2017.

- **Horário:** 14 horas.

- **Telefone para contato:** 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico <https://www.mpms.mp.br/licitacao/pregao> ou na sede do Ministério Público Estadual – PGJ.

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 18/08/2017:

- Pregoeiro: Emervál Carmona Gomes;

- Equipe de Apoio: Hermes Alencar de Lima e Cleber do Nascimento Gimenez;

- Suplente do Pregoeiro: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Carla Maria Bagordakis.

- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ e Departamento de Material e Patrimônio/PGJ.

Campo Grande, 22 de agosto de 2017.

Emervál Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo ao Convênio MODALIDADE 30 TERMO 119 de Assistência Médica e Hospitalar UNIMED.

Processo: PGJ/10/1016/2006

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Procurador-Geral de Justiça em exercício, Humberto de Matos Brittes.

2- UNIMED CAMPO GRANDE/MS – Cooperativa de Trabalho Médico, representado pelo Diretor de Mercado, André Luis Alonso Domingos.

Amparo Legal: Alínea “d”, inciso II, artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21.6.93 e suas alterações.

Objeto: Prorrogação de vigência por mais 12 meses, alteração do valor da mensalidade, com a concessão do desconto de 2,25%, supressão da taxa administrativa devida pela contratada e aplicação do reajuste anual acordado entre partes.

Vigência: 01.06.2017 a 31.05.2018.

Data de assinatura: 1º de junho de 2017.

Extrato do Termo Aditivo ao Convênio MODALIDADE 30 TERMO 120 de Assistência Médica e Hospitalar UNIMED.

Processo: PGJ/10/1016/2006.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Procurador-Geral de Justiça em exercício, Humberto de Matos Brittes.

2- UNIMED CAMPO GRANDE/MS – Cooperativa de Trabalho Médico, representado pelo Diretor de Mercado, André Luis Alonso Domingos.

Amparo Legal: Alínea “d”, inciso II, artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21.6.93 e suas alterações.

Objeto: Prorrogação de vigência por mais 12 meses, alteração do valor da mensalidade, com a concessão do desconto de 2,25%, supressão da taxa administrativa devida pela contratada e aplicação do reajuste anual acordado entre partes.

Vigência: 01.06.2017 a 31.05.2018.

Data de assinatura: 1º de junho de 2017.

Extrato do Termo Aditivo ao Convênio MODALIDADE 40 TERMO 392 de Assistência Médica e Hospitalar

UNIMED.

Processo: PGJ/10/1016/2006

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Procurador-Geral de Justiça em exercício, Humberto de Matos Brittes.

2- UNIMED CAMPO GRANDE/MS – Cooperativa de Trabalho Médico, representado pelo Diretor de Mercado, André Luis Alonso Domingos.

Amparo Legal: Alínea “d”, inciso II, artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21.6.93 e suas alterações.

Objeto: Prorrogação de vigência por mais 12 meses, alteração do valor da mensalidade, com a concessão do desconto de 2,25%, supressão da taxa administrativa devida pela contratada e aplicação do reajuste anual acordado entre partes.

Vigência: 01.06.2017 a 31.05.2018.

Data de assinatura: 1º de junho de 2017.

Ratificação de dispensa de licitação

Processo PGJ/10/1262/2017.

Amparo legal: Inc. X, art. 24, da Lei nº 8.666/93.

Ordenadora de Despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Valor mensal: R\$ 1.500,00.

Objeto: Locação de imóvel situado na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro, Brasilândia-MS, para abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia-MS.

Justificativa: Após ampla pesquisa imobiliária na cidade, bem como perante a Procuradoria-Geral do Estado, restou como a melhor alternativa para a instalação da Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia-MS, considerando que o valor da locação está dentro do preço médio praticado no mercado, o imóvel localizado na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro, Brasilândia-MS.

Ratifica: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Campo Grande, 18.08.2017.

Extrato da Nota de Empenho 2017NE003905 de 21.08.2017 do Processo PGJ/10/2845/2017.

Credor: MS LIMP COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA-EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.Licitação: Pregão Presencial 14/PGJ/2017 – **Ata Registro de Preços n.º 03/PGJ/2017.**

Objeto: Aquisição de filtro de papel, para coação de líquidos em alta temperatura, tamanho nº 103, 100% celulose, em textura especial, com microfuros, embalagem com 30 filtros, com selo de garantia, composição e informações do fabricante estampados na embalagem. Validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Mellita, Jovita, Três Corações e Brigitta. Marca: Jovita. (Item 10).

Mexedor plástico descartável, para bebidas quentes ou frias, cor cristal, medindo 9cm de comprimento, confeccionado em poliestireno, atóxico, embalagem com 500 unidades. Marca: Stranplast. (Item 18).

Valor: R\$3.280,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2017NE003905, de 21.08.2017.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

Extrato da Nota de Empenho 2017NE003912 de 21.08.2017 do Processo PGJ/10/2849/2017.

Credor: FRANCA, CANASSA & CIA LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.Licitação: Pregão Presencial 40/PGJ/2016 – **Ata Registro de Preços n.º 10/PGJ/2016.**

Objeto: Aquisição do serviço de confecção de cartão de visita em papel Markatto Concetto Bianco, 250 g/m², formato 50mm x 90mm, 4x4 cores. Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. (Item 17).

Valor: R\$96,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2017NE003912, de 21.08.2017.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****Edital 0036/2017/05PJ/CBA**

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de defesa do Patrimônio Público e Social, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório 06.2017.00001502-6, que se encontra à disposição na Rua América, 1880 - Centro - Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001502-6**Requerente:** Município de Ladário**Requeridos:** Gilmara Aparecida de Jesus Carneiro Brasil**Assunto:** Coletar maiores subsídios para tomada de decisão sobre a necessidade de instauração de Inquérito Civil, a propositura de Ação Civil Pública ou o Arquivamento da representação sobre possíveis irregularidades funcionais praticados por Gilmara Aparecida de Jesus Carneiro Brasil, consistente na utilização indevida do Cartão de BPC de Eder da Conceição Assis.

Corumbá/MS, 18 de agosto de 2017.

Luciano Bordignon Conte - Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CAMAPUÃ

Inquérito Civil número do SAJ 06.2017.00001362-8**RECOMENDAÇÃO**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã/MS, representado pelo Promotor de Justiça subscritor, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/20071:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”²;

CONSIDERANDO que a recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”³, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que o princípio da impessoalidade significa que “*a Administração Pública não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que deve nortear o seu comportamento*”⁴; enquanto o princípio da moralidade “*extrai-se do conjunto de regras de conduta que regulam o agir da Administração Pública; tira-se da boa e útil disciplina interna da Administração Pública (...)*”⁵, os quais são vilipendiados ao se permitir o desvio de função, sem amparo legal, de forma banalizada e sucessiva, tornando-a flagrantemente ilegal;

CONSIDERANDO o teor da Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, que veda a prática do nepotismo na Administração Pública Direta e Indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, *in verbis*:

“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive,

¹ Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

² MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

³ ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

⁴ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2014, p.68

⁵ GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 64

da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.”

CONSIDERANDO que a prática de nomear parentes, cônjuges ou companheiros para exercer cargos e funções no âmbito da Administração Pública, sem aprovação em concurso público, ofende o princípio da acessibilidade aos cargos públicos, bem como os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade e moralidade (art. 5º e 37 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a violação aos princípios da Administração Pública pode ensejar a responsabilização do agente público por ato de improbidade administrativa, conforme preconiza o artigo 11 da Lei 8.429/92;

CONSIDERANDO que a fiscalização por parte do Ministério Público e da sociedade civil deve ser uma constante, de modo a por fim à prática do nepotismo na Administração Pública;

CONSIDERANDO que a contratação de Almir de Oliveira Ávila Júnior, filho do Presidente da Câmara Municipal de Camapuã, Almir de Oliveira Ávila, que é autoridade nomeante no Poder Legislativo local, fere os princípios administrativos da acessibilidade aos cargos públicos, da isonomia, da legalidade, da impessoalidade e da moralidade administrativa;

CONSIDERANDO que o vínculo familiar entre agentes públicos ocupantes de cargos comissionados e aqueles que exercem qualquer função gratificada é incompatível com o conjunto de normas éticas abraçadas pela sociedade brasileira, as quais estão albergadas pelo princípio constitucional da moralidade administrativa, sendo a sua prática – comumente denominada “nepotismo” – repudiada pela Constituição de 1988;

CONSIDERANDO que a investidura de pessoas que detenham vínculo de parentesco com agentes públicos em cargo comissionado ou função gratificada revela favorecimento intolerável em razão do princípio da impessoalidade;

CONSIDERANDO que no âmbito do Poder Executivo Municipal e do Poder Legislativo Municipal, a nomeação e contratação para preenchimento de cargos em comissão de cônjuges, companheiros, demais parentes consanguíneos, afins ou mesmos civis, até terceiro grau, do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal e seus respectivos Secretários Municipais, bem como dos Vereadores ofende o princípio da moralidade administrativa, dentre outros comandos normativo-constitucionais já destacados;

Considerando que Wilson Tadeu Lima ocupa o cargo comissionado de Secretário de Assuntos Jurídicos e que sua nora Fabiane Tozzo Rocha foi nomeada para o cargo comissionado de Chefe de Departamento de Gestão de Benefícios, de modo que essa situação mostra-se violadora do princípio da moralidade;

RECOMENDA ao **Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Camapuã-MS**, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), art. 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, e no art. 15 da Resolução nº 023/2007-CNMP, QUE:

I – Regularizar a questão específica, cessando-se, no prazo de 07 (sete) dias, as ilegalidades constatadas, exonerando **Almir de Oliveira Ávila Júnior**, Diretor de Defesa Civil, e **Fabiane Tozzo Rocha**, Chefe de Departamento de Gestão de Benefícios;

II - Informar a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 03 (três) dias, se cumpriu ou se pretende cumprir a recomendação e, em caso afirmativo, discriminar todas as medidas adotadas, apresentando desde logo os documentos comprobatórios;

III - O descumprimento desta recomendação ensejará a interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis, em caso de omissão e manutenção da situação fática em tela;

IV – Encaminhe-se, com remessa para a publicação cabível, o teor deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Camapuã-MS, Delano de Oliveira Huber;

V – Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao Presidente da Câmara Municipal de Camapuã-MS, para conhecimento e medidas cabíveis, no âmbito de sua competência como fiscal dos atos do Poder Executivo;

VI – Encaminhe-se cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Social, nos termos do art. 52 da Resolução nº 015/2007-PGJ;

VII - Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique neste procedimento e retorne concluso.

Em caso de não acatamento desta Recomendação, o Ministério Público informa que adotará as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua observância.

Camapuã/MS, 18 de agosto de 2017.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA - Promotor de Justiça em Substituição Legal

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BRASILÂNDIA

Nº 06.2017.00001594-8

Edital nº 016/2017

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Manoel Vicente, nº 1421, Jardim Camargo.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001594-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito Municipal de Brasilândia

Assunto: Apurar possível prática de nepotismo na Prefeitura Municipal de Brasilândia, ante o parentesco existente entre a funcionária contratada Lea Karla de Moura Dias e o servidor nomeado para cargo comissionado Ozéias Marinho de Lima. Brasilândia-MS, 21 de agosto de 2017

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO - Promotora de Justiça



DIÁRIO OFICIAL DO MP

Com o objetivo de aprimorar a política de comunicação e divulgação oficial dos atos administrativos, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, disponibiliza o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – DOMP-MS.

O DOMP-MS foi instituído pela Lei Estadual nº 3.963, de 13 de setembro de 2010, e regulamentado pela Resolução nº 21/PGJ/2010, de 18 de novembro de 2010 (publicada em 18/11/2010).

E-mail para envio de matérias:

dompms@mpms.mp.br

Telefone para contato:

(67) 3318-2054